

TERRITÓRIO, TRABALHO E RISCO: EXPLORAÇÃO AMBIENTAL, PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR

**TERRITORY, WORK AND RISK: ENVIRONMENTAL EXPLOITATION, WASTE
PRODUCTION, AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS FROM A
HISTORICAL AND INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 14/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791960634](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791960634)

Antônio da Conceição Meneses Júnior¹

Erlaine Karoline Cupertino Melo Santos²

Fabricio Santana de Almeida³

Presseguido Bunaia Matiaco⁴

Jose Lucas Rodrigues Fontes⁵

Silas da Silva Freire Nascimento⁶

Iago Henrique Rocha de Araujo⁷

RESUMO

O artigo analisa, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a articulação entre as categorias de território, trabalho e risco nas relações natureza-sociedade, identificando continuidades e rupturas nos modos de exploração ambiental desde as sociedades pré-históricas até os contextos contemporâneos de crise socioambiental. A pesquisa buscou contribuições da arqueologia ambiental, da geografia humana, da sociologia rural amazônica, da arqueologia sincrônica e da ecopedagogia. O estudo adota revisão bibliográfica integrativa, análise qualitativa-conceitual e triangulação de dados a partir de mapa mental construído pelos autores da pesquisa. Os resultados evidenciam que a exploração territorial mediada pelo trabalho produz riscos que retornam sobre as populações de forma assimétrica, e que a compreensão adequada desse processo exige lentes teóricas capazes de integrar a longa duração histórica à urgência do presente.

Palavras-chave: Categorias do Território; Exploração; Ambientalização; Arqueologia Sincrônica.

ABSTRACT

This article analyzes, from an interdisciplinary perspective, the articulation among the categories of territory, labor, and risk within nature-society relations, identifying continuities and ruptures in forms of environmental exploitation from prehistoric societies to contemporary contexts of socio-environmental crisis. The study draws on contributions from environmental archaeology, human geography, Amazonian rural sociology, synchronic archaeology, and ecopedagogy. Methodologically, it employs an integrative literature review, qualitative-conceptual analysis, and data triangulation based on a mind map collectively developed by the research authors. The findings indicate that territorial exploitation mediated by labor

generates risks that are asymmetrically redistributed among populations. They also demonstrate that an adequate understanding of this process requires theoretical approaches capable of integrating the historical *longue durée* with the urgency of contemporary socio-environmental challenges.

Keywords: Territory Categories; Exploitation; Environmentalization; Synchronic Archaeology.

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

A relação entre sociedade e natureza constitui um dos eixos estruturantes do pensamento científico contemporâneo, atravessando campos disciplinares distintos e revelando, em cada época, as formas pelas quais os grupos humanos organizam sua existência, exploram os recursos disponíveis e produzem os riscos que recaem sobre si e sobre o ambiente que habitam. Desde as primeiras comunidades pré-históricas, documentadas pela arqueologia ambiental de Hirooka (2003), até as sociedades industriais analisadas por Aguiar (2010) sob o prisma da questão ambiental contemporânea, o que se observa é uma trajetória marcada por tensões crescentes entre as demandas da reprodução socioeconômica e os limites da natureza.

A tríade conceitual proposta neste artigo, Território, Trabalho e Risco, opera como lente analítica capaz de articular diferentes temporalidades e escalas dessa relação. O território não é aqui compreendido apenas como suporte físico das atividades humanas, mas como arena de disputas, de significados culturais e de práticas produtivas que reconfiguram e redistribuem riscos socioambientais de forma assimétrica. O trabalho, por sua vez, comparece como mediação fundamental entre a natureza e o homem: é por meio

dele que os grupos transformam o ambiente, domesticam paisagens, produzem resíduos e, progressivamente, ampliam sua capacidade de intervir nos ecossistemas com consequências nem sempre previsíveis. O risco, por fim, emerge como categoria que condensa os efeitos não planejados dessa mediação, expressando-se tanto nos desequilíbrios ecológicos quanto nas desigualdades socioeconômicas que determinam quem sofre primeiro e mais intensamente as consequências da degradação ambiental.

Hirooka (2003), ao reconstituir a relação ecológica das sociedades pré-históricas com o meio natural, demonstra que o comportamento humano sempre esteve condicionado pela estrutura dos recursos disponíveis, pela sazonalidade e pela distribuição espacial do ambiente. Essa perspectiva arqueológica e ecológica oferece uma longa duração histórica ao problema, permitindo compreender que a atual crise socioambiental não é resultado de um desvio recente, mas de uma intensificação progressiva de formas de exploração que encontraram, na modernidade industrial, sua expressão mais agressiva. Aguiar (2010), por outro caminho, percorre a trajetória do pensamento geográfico para mostrar como a dicotomia entre sociedade e natureza foi construída epistemologicamente e como a emergência da questão ambiental forçou uma reconciliação teórica entre esses dois domínios.

O lixo analisado por Andrade (2004) como artefato arqueológico contemporâneo, os sistemas produtivos familiares examinados por Oliveira (2011) na Amazônia Oriental, os resíduos plásticos investigados por Mega, Ribeiro e Lopes (2014) e as origens da agricultura estudadas por Clement, Freitas e Romão (2015) são expressões concretas, em diferentes escalas e temporalidades, dessa

mesma dinâmica: territórios transformados pelo trabalho geram resíduos, desequilíbrios e riscos que se sedimentam materialmente na paisagem e nas condições de vida das populações.

Diante desse panorama, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo as categorias de território, trabalho e risco se articulam interdisciplinarmente para explicar as transformações nas relações natureza-sociedade ao longo do tempo, desde as estratégias adaptativas das sociedades pré-históricas até os processos contemporâneos de degradação ambiental e conflito socioambiental?

2. OBJETIVOS

O artigo tem como objetivo geral: analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a articulação entre território, trabalho e risco nas relações natureza-sociedade, identificando continuidades e rupturas nos modos de exploração ambiental desde as sociedades pré-históricas até os contextos contemporâneos de crise socioambiental.

Para o alcance desse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: a) Reconstituir, a partir das contribuições da arqueologia ambiental, as formas de exploração territorial e de produção de riscos socioambientais ao longo da trajetória humana, identificando rupturas e permanências entre as sociedades pré-históricas e as contemporâneas; b) Examinar, por meio das perspectivas da geografia humana, da sociologia rural e da arqueologia sincrônica, como o trabalho humano sobre o território produz desequilíbrios ecológicos que se distribuem de forma assimétrica entre grupos e populações; e c) Avaliar as contribuições da educação ambiental e

da ecopedagogia como caminhos para a reconfiguração das relações entre natureza-sociedade, considerando sua articulação com as categorias de território, trabalho e risco.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo adota uma estratégia metodológica de natureza qualitativa e interdisciplinar, estruturada em três movimentos complementares. O primeiro movimento consiste em uma revisão bibliográfica integrativa, que buscou contribuições da arqueologia ambiental, da geografia humana, da sociologia rural, da antropologia e das ciências ambientais. Seguindo a proposta metodológica de Aguiar (2010), que defende o diálogo produtivo entre diferentes paradigmas das ciências sociais e naturais no tratamento da questão ambiental, a revisão privilegiou obras que transitam fronteiras disciplinares e que demonstram, em sua própria estrutura argumentativa, a pertinência da abordagem interdisciplinar.

O segundo movimento buscou análise conceitual dos textos selecionados, com foco na identificação das formas pelas quais cada autor ou corrente teórica tematiza a relação entre território, trabalho e risco. Essa análise mobilizou o arcabouço da ecologia evolutiva articulado por Hirooka (2003) para compreender as estratégias adaptativas das sociedades pré-históricas; as contribuições da arqueologia sincrônica de Andrade (2004) e Mega, Ribeiro e Lopes (2014) para entender como os resíduos materiais revelam padrões de comportamento e riscos socioambientais; os estudos sobre domesticação de plantas e paisagens de Clement, Freitas e Romão (2015); e as análises de Oliveira (2011) sobre os dilemas contemporâneos da agricultura familiar na Amazônia Oriental.

O terceiro movimento consistiu na triangulação de dados obtidos a partir da transposição analítica de um mapa mental construído coletivamente pelos autores do presente estudo. Esse mapa organiza visualmente as conexões entre os conceitos centrais do artigo (território, trabalho, risco) e os eixos temáticos que os atravessam (arqueologia, agricultura, resíduos, conflitos, educação ambiental). A transposição do mapa para o formato textual-analítico permitiu identificar lacunas e convergências entre as perspectivas dos autores, produzindo sínteses originais que emergem do cruzamento entre a literatura revisada e a reflexão coletiva dos pesquisadores.

O presente estudo utilizou a ferramenta *Claude (Anthropic)* para revisão textual. Conforme a Portaria CNPq nº 2.664/2026, os autores declaram que todo o conteúdo substantivo, como argumentos, análises e conclusões, é de sua exclusiva responsabilidade, tendo sido integralmente verificados por eles (Brasil, 2026).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa encontra-se organizado em quatro eixos temáticos interdependentes, construídos a partir do diálogo entre diferentes abordagens das ciências ambientais, da geografia, da arqueologia e da educação ambiental.

4.1. Das Pedras Ao Plástico: A Longa História da Relação Natureza-Sociedade

Esta seção inaugura a discussão com uma perspectiva de longa duração histórica, mobilizando o trabalho de Hirooka (2003) como referência central. A autora demonstra que as sociedades pré-históricas possuíam uma compreensão sofisticada da estrutura dos

recursos naturais, organizando seus padrões de assentamento e subsistência a partir do reconhecimento das variações espaciais e temporais do ambiente. A aplicação dos princípios da ecologia evolutiva à arqueologia revela que o comportamento de grupos caçadores-coletores não era guiado pela improvisação, mas por estratégias adaptativas elaboradas a partir do conhecimento detalhado do território (Hirooka, 2003).

Esse argumento articula-se com as contribuições de Clement, Freitas e Romão (2015) sobre as origens da agricultura na América do Sul, que evidenciam como a domesticação de plantas e paisagens foi um processo coevolutivo gradual, marcado por intervenções humanas crescentemente deliberadas sobre os ecossistemas. A seção argumenta que, nesse arco temporal que vai das primeiras domesticações às sociedades industriais contemporâneas, o que se transforma não é a essência da relação natureza-homem, mas a escala, a velocidade e a irreversibilidade das intervenções humanas sobre o ambiente.

4.2. O Território Como Arena de Disputas: Trabalho, Exploração e Degradação

Aguiar (2010) oferece o arcabouço teórico principal desta seção, ao percorrer a evolução do pensamento geográfico sobre a relação natureza-homem desde o possibilismo de La Blache até as contribuições da geografia crítica e humanística. A autora demonstra que a emergência da questão ambiental contemporânea forçou uma revisão dos paradigmas dominantes, impondo a necessidade de compreender o ambiente como um sistema complexo que inclui, inseparavelmente, os seres humanos e suas relações sociais.

Essa perspectiva é articulada com a análise de Oliveira (2011) sobre os agricultores familiares do sudeste paraense, que revela como as formas históricas de ocupação do território amazônico foram determinadas por uma visão cartesiana de natureza selvagem a ser transformada, gerando processos de degradação ambiental e simplificação dos sistemas produtivos. A análise de Lopes (2006) sobre os processos de ambientalização dos conflitos sociais demonstra como os riscos produzidos pela exploração territorial são crescentemente percebidos como problemas ambientais e traduzidos em demandas políticas. O olhar do autor conduz ao entendimento de que muitos conflitos sociais ligados ao uso e exploração do território como mineração, desmatamento, poluição, super exploração de recursos naturais entre outros, passaram a ser entendidos também como problemas ambientais e incorporados no novo *habitus* (ambientalização).

A contribuição de Bluhdorn (2011) sobre o paradoxo ecológico da política contemporânea complexifica essa discussão, revelando as tensões entre o discurso da sustentabilidade e a manutenção dos padrões insustentáveis de produção e consumo.

4.3. A Arqueologia do Risco: Resíduos Como Evidência dos Desequilíbrios Socioambientais

Andrade (2004) fornece o ponto de partida metodológico desta seção, ao demonstrar que as técnicas arqueológicas de investigação e interpretação podem ser aplicadas ao estudo dos depósitos de resíduos contemporâneos, revelando padrões de comportamento, estruturas de consumo e desigualdades sociais invisíveis a outras abordagens. Nesta perspectiva, o autor demonstra que os métodos usados pela arqueologia para estudar sociedades antigas também

podem ser utilizados para analisar o comportamento das sociedades contemporâneas.

A contribuição de Mega, Ribeiro e Lopes (2014) é central: ao propor a noção de arqueologia sincrônica e ao cunhar a expressão idade do plástico, os autores demonstram que o material plástico acumulado nos lixões contemporâneos constitui uma herança material dos modos de vida industriais, cuja persistência no ambiente representa um risco de longa duração para as gerações futuras.

A articulação entre Hirooka (2003) e Mega, Ribeiro e Lopes (2014) permite construir uma narrativa de longa duração: das lixeiras pré-históricas, que funcionavam como espaços iniciais de domesticação de plantas, conforme documentado por Clement, Freitas e Romão (2015), aos lixões contemporâneos, que concentram os resíduos de uma civilização construída sobre a lógica do descarte. Esse arco evidencia que o risco sempre esteve associado à produção de resíduos, mas que sua natureza e escala foram radicalmente transformadas pela modernidade industrial.

4.4. Educação Ambiental, Percepção e Ecopedagogia: Caminhos para a Reconexão

Esta seção examina as possibilidades de transformação das relações Natureza-sociedade a partir da perspectiva da educação ambiental e da ecopedagogia. As contribuições de Carvalho e Steil (2009) sobre o hábitus ecológico e a educação da percepção, e de Rodrigues (2018, 2020) e Payne e Rodrigues (2012) sobre a ecopedagogia e a ambientalização do currículo, argumenta-se que a transformação das práticas socioambientais exige mudanças nas políticas e nas

tecnologias, bem com uma reconfiguração profunda das formas de perceber, sentir e habitar o mundo natural.

Essa perspectiva é articulada com a análise de Mega, Ribeiro e Lopes (2014) sobre os processos educacionais que produzem o consumo alienado e o descarte irresponsável, conduz ao entendimento de que os aterros sanitários e lixões funcionam como espelhos materiais das falhas nos processos de formação cidadã. A contribuição de Aguiar (2010) sobre a importância da escala humana nos estudos ambientais, especialmente a partir da geografia humanística de Tuan, sustenta que a reconexão com a natureza passa pela recuperação da dimensão afetiva e perceptiva da relação com o ambiente.

Sob este olhar, percebe-se que para se voltar a valorizar e proteger a natureza, é necessário recuperar a ligação emocional e sensível com o meio ambiente. Isto implica buscar as relações ancestrais entre a natureza e o homem e, buscar os pontos de equilíbrio para contemplar os anseios da sociedade contemporânea.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a síntese analítica resultante da revisão bibliográfica integrativa e da triangulação com o mapa mental construído pelos autores. Os resultados estão organizados em torno dos três eixos temáticos que estruturam o artigo, demonstrando como as categorias de território, trabalho e risco se articulam em diferentes temporalidades e escalas.

5.1. O Mapa Mental Como Categoria de Análise

O mapa mental elaborado pelos autores da pesquisa sistematiza as conexões entre os conceitos centrais do artigo e os eixos temáticos que os atravessam. Conforme demonstrado na figura 1, a tríade Território-Trabalho-Risco posiciona-se como núcleo articulador de cinco grandes dimensões analíticas: a arqueologia ambiental, a relação territorialidade-exploração, a produção e gestão de resíduos, os conflitos socioambientais e a educação ambiental. Cada dimensão conecta-se ao núcleo central por meio de vínculos conceituais que evidenciam a interdependência entre as categorias analíticas adotadas.

Figura 1. Mapa mental: Território, Trabalho e Risco nas relações natureza-sociedade



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A leitura do mapa revela que nenhuma das cinco dimensões pode ser compreendida de forma isolada. A arqueologia ambiental, representada pelos trabalhos de Hirooka (2003), Andrade (2004) e Mega, Ribeiro e Lopes (2014), ancora as demais dimensões na perspectiva da longa duração histórica, demonstrando que os padrões de exploração territorial, produção de resíduos e distribuição de riscos possuem raízes profundas na trajetória

humana. Ao mesmo tempo, as dimensões da educação ambiental e dos conflitos socioambientais apontam para o presente e para o futuro, indicando os campos de intervenção possíveis sobre essa trajetória.

5.2. Da Adaptação Ecológica à Crise Socioambiental: Continuidades e Rupturas

O primeiro resultado relevante desta análise diz respeito à continuidade estrutural entre as formas pré-históricas e contemporâneas de exploração territorial. Hirooka (2003) demonstra que as sociedades caçadoras-coletoras desenvolveram estratégias adaptativas sofisticadas baseadas no reconhecimento da estrutura dos recursos disponíveis, incluindo sua distribuição espacial, sazonalidade e previsibilidade. Essa racionalidade ecológica, longe de ser exclusiva das sociedades primitivas, permanece presente nas práticas agrícolas familiares estudadas por Oliveira (2011) na Amazônia Oriental, onde agricultores que buscam a diversificação dos sistemas produtivos demonstram uma releitura contemporânea do princípio de adequação às condições ecológicas do território.

O que muda, fundamentalmente, é a escala e a irreversibilidade das intervenções. Clement, Freitas e Romão (2015) documentam como a domesticação de plantas na América do Sul foi um processo gradual e coevolutivo, que transformou ecossistemas ao longo de milênios sem comprometer sua capacidade regenerativa. Em contraste, os sistemas de monocultivo e pecuária comprimem esse processo em décadas, gerando desequilíbrios que excedem a capacidade de autorregulação dos ecossistemas e produzem riscos de longa duração para as populações locais. Aguiar (2010) situa essa ruptura no paradigma cartesiano moderno, que separou

epistemologicamente o humano do natural e legitimou a exploração irrestrita da natureza como recurso. Nesta perspectiva, tira-se a ilação de que a sociedade moderna enxerga a natureza e o ser humano como coisas separadas devido à influência do pensamento cartesiano, porém, a economia ecológica, reverte essa corrente de pensamento e incorpora economia humana (o novo *habitus*).

5.3. Resíduos, Território e Risco: A Materialidade da Crise Socioambiental

O segundo resultado central desta análise concerne à função dos resíduos como indicadores materiais dos desequilíbrios produzidos pela exploração territorial. Andrade (2004) demonstra que os depósitos de resíduos contemporâneos constituem sítios arqueológicos em potencial, capazes de revelar, por meio de técnicas de análise estratigráfica e taxonômica, os padrões de consumo, os comportamentos sociais e as desigualdades econômicas de uma comunidade. Perpassando nas entrelinhas de Mega, Ribeiro e Lopes (2014) pode-se consignar que os autores radicalizam essa perspectiva ao propor que o plástico, material onipresente nos lixões contemporâneos, representa a assinatura material de uma era definida pela incompatibilidade entre o ritmo da produção industrial e os ciclos de regeneração dos ecossistemas.

A dimensão territorial do risco emerge com particular clareza nos estudos de caso analisados. Em Oliveira (2011), a instalação de um lixão nas proximidades de comunidades rurais tradicionais no semiárido piauiense desencadeou uma série de impactos socioambientais que alteraram profundamente as relações produtivas e os modos de vida das populações afetadas. Esse

exemplo ilustra um padrão recorrente na literatura: os riscos produzidos pela exploração territorial e pela geração de resíduos recaem desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis, geralmente aquelas que habitam as margens geográficas e socioeconômicas dos sistemas produtivos dominantes. Lopes (2006) denomina esse processo de ambientalização dos conflitos, indicando que a disputa pelo território é crescentemente mediada por demandas de ordem ambiental.

5.4. Educação Ambiental e Ecopedagogia: Possibilidades de Reconfiguração

O terceiro resultado desta análise aponta para as possibilidades de transformação das relações natureza-sociedade por meio de processos educativos. Carvalho e Steil (2009) argumentam que a formação de um *hábitus* ecológico, entendido como uma disposição incorporada de percepção e ação orientada pela sensibilidade ambiental, representa condição necessária para que mudanças comportamentais sustentadas se efetivem. Essa perspectiva complementa e aprofunda a proposta de Rodrigues (2018, 2020) sobre a ecopedagogia como prática educativa que integra corpo, movimento e ambiente em processos de aprendizagem situados.

Payne e Rodrigues (2012) apontam que a ambientalização do currículo escolar enfrenta resistências estruturais derivadas da própria lógica disciplinar da educação moderna, que tende a fragmentar o conhecimento e a isolar os saberes ambientais em componentes curriculares específicos, sem integrá-los às práticas sociais e produtivas dos estudantes. A partir dessa análise, chega-se à ideia de que é difícil inserir a temática ambiental no currículo

escolar contemporâneo porque o modelo tradicional de educação que vigora divide o conhecimento em disciplinas separadas produzindo ciência fragmentada oposta à interdisciplinaridade.

Mega, Ribeiro e Lopes (2014) corroboram essa análise ao demonstrar que os processos educacionais formais e informais que formam consumidores sem promover reflexão crítica sobre o descarte são corresponsáveis pela acumulação de resíduos em espaços que afetam comunidades vulneráveis. A articulação entre ecopedagogia e arqueologia do lixo revela, portanto, uma conexão direta entre os modos de educar e os modos de habitar o território.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da seguinte questão de pesquisa: de que modo as categorias de território, trabalho e risco se articulam interdisciplinarmente para explicar as transformações nas relações natureza-sociedade ao longo do tempo, desde as estratégias adaptativas das sociedades pré-históricas até os processos contemporâneos de degradação ambiental e conflito socioambiental?. As peculiaridades do antropoceno corroboram com a resolução das inquietações, uma vez que é possível visualizar as evidências quanto às modificações do homem frente às problemáticas ambientais, são alterações nos sistemas sem precedentes. A hipótese que orientou a investigação sustentou que essa articulação surge para além de possível, mas necessária: que nenhuma dessas categorias pode ser compreendida isoladamente, e que apenas a perspectiva interdisciplinar é capaz de revelar a profundidade histórica e a complexidade sistêmica da crise socioambiental contemporânea.

O objetivo geral, analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a articulação entre território, trabalho e risco nas relações natureza-sociedade, foi alcançado por meio do diálogo produtivo entre contribuições da arqueologia ambiental (Hirooka, 2003), da geografia humana (Aguiar, 2010), da sociologia rural amazônica (Oliveira, 2011), da arqueologia contemporânea (Andrade, 2004; Mega; Ribeiro; Lopes, 2014) e da ecopedagogia (Carvalho; Steil, 2009; Rodrigues, 2018, 2020).

Em relação aos objetivos específicos, os resultados demonstraram: (a) que a exploração territorial nas sociedades pré-históricas era orientada por uma racionalidade ecológica sofisticada, documentada por Hirooka (2003) e Clement, Freitas e Romão (2015), e que o que muda na modernidade não é a essência dessa exploração, mas sua escala e irreversibilidade; (b) que o trabalho humano sobre o território produz resíduos e desequilíbrios ecológicos que se distribuem assimetricamente, recaindo desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis, conforme demonstrado por Andrade (2004), Mega, Ribeiro e Lopes (2014) e Oliveira (2011); e (c) que a educação ambiental e a ecopedagogia, articuladas por Carvalho e Steil (2009) e Rodrigues (2018, 2020), oferecem caminhos concretos para a reconfiguração das relações entre sociedade e natureza, desde que superem a fragmentação disciplinar que limita sua efetividade.

Importa registrar, de forma honesta, as dificuldades e limitações que marcaram o desenvolvimento desta pesquisa. Do ponto de vista metodológico, a revisão bibliográfica integrativa enfrenta o desafio inerente à seleção de fontes: qualquer corpus bibliográfico é necessariamente parcial, e as exclusões realizadas ao longo do processo podem ter deixado de fora contribuições relevantes para o

tema. A lista de autores obrigatórios e secundários foi seguida com rigor, mas sua própria definição reflete escolhas teóricas que poderiam ser questionadas a partir de outros enquadramentos epistemológicos.

Do ponto de vista empírico, a existência de poucas pesquisas de campo constituiu uma limitação significativa. O mapa mental construído pelos autores, embora funcione como categoria de análise, não substituiu a coleta de dados primários que poderia verificar empiricamente as hipóteses teóricas elaboradas. Percebe-se que investigações futuras poderão suprir essa lacuna por meio de estudos etnográficos, análises territoriais georreferenciadas ou pesquisas de campo em comunidades que vivenciam concretamente os conflitos socioambientais discutidos neste artigo.

Por fim, reconhece-se que a tríade Território-Trabalho-Risco, embora produtiva como lente analítica, não esgota a complexidade do tema. Dimensões como gênero, raça e etnia na distribuição dos riscos ambientais, a especificidade dos conflitos envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais, e as implicações das tecnologias digitais para as formas contemporâneas de percepção e gestão do ambiente permanecem como campos abertos para investigações futuras. A interdisciplinaridade, mais do que uma solução definitiva, é um horizonte permanente de abertura intelectual diante de um objeto que, por sua própria natureza, resiste às fronteiras disciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tereza Coni. **A concepção sociedade/natureza redimida pela questão ambiental contemporânea.** Geo UERJ, Rio de Janeiro,

v. 2, n. 21, p. 1-19, 2. sem. 2010.

ANDRADE, André Wagner Olini. **Arqueologia do lixo: um estudo de caso nos depósitos de resíduos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo.** In: ICTR 2004 - Congresso Brasileiro De Ciência E Tecnologia Em Resíduos E Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis: ICTR/NISAM-USP, 2004. p. 4634-4643.

BLUHDORN, Ingolfur. **The politics of unsustainability:** COP15, post-ecologism, and the ecological paradox. *Organization & Environment*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 34-53, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).** Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 47, p. 4, 11 mar. 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-2.664-de-6-de-marco-de-2026-691779232>. Acesso em: 26 jul. 2026.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; STEIL, Carlos Alberto. **O hábitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos filosóficos para uma epistemologia ecológica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 81-94, 2009.

CLEMENT, Charles R.; FREITAS, Fábio de Oliveira; ROMÃO, Roberto Lisboa. **As origens da agricultura na América do Sul.** In: VEIGA, Renato Ferraz de Arruda; QUEIRÓZ, Manoel Abilio (ed.). *Recursos fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil*. Viçosa: Editora UFV, 2015. p. 30-38.

HIROOKA, Suzana Schisuco. **Arqueologia Ambiental: uma interpretação ecológica das sociedades pré-históricas.** *Cadernos*

UNIVAG, [Várzea Grande], n. 1, p. 43-51, 2003.

LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MEGA, Orestes Jayme; RIBEIRO, Wagner dos Santos; LOPES, Melina Figueiredo. **Possibilidades de uma arqueologia sincrônica: ensaio sobre a arqueologia da idade do plástico.** Tessituras, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 195-212, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. **Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexões sobre as relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental.** Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 14, n. 2, p. 61-88, dez. 2011.

PAYNE, Philip; RODRIGUES, Cae. **Environmentalizing the curriculum: a critical dialogue between Australia and Brazil.** Australian Journal of Environmental Education, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 79-91, 2012.

RODRIGUES, Cae (ed.). **Global politics of knowledge production in Environmental Education Research.** London: Routledge, 2020.

RODRIGUES, Cae. **MovementScapes as ecomotricity in ecopedagogy.** The Journal of Physical Education, Recreation & Dance, [S. l.], v. 89, n. 4, p. 26-33, 2018.

¹ Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS). Mestre em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas (UNIT/Afya). Professor no Colegiado de Direito do Centro Universitário AGES. E-mail: acesse@univag.edu.br

o artigo original para visualizar o e-mail. LATTES:
<https://lattes.cnpq.br/5096214632430094>

² Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS, possui graduação em Direito pela Universidade Tiradentes (2023). e-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFS, possui graduação em Medicina Veterinária (FPD), Direito (FASER) - Especialista em Direito Penal e Criminologia PUC/RS. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8576193449602813>

⁴ Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela UFS. Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Rovuma. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8449263333589524>. Bolsista do “CNPq and UNESCO-TWAS fellow.”

⁵ Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela UFS. Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Mediador pedagógico pelo programa PQD. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7472143764223178>.

⁶ Mestre em Direito pela UFS. Advogado OAB/BA. Pós-graduado nas áreas de Direito e Educação. Professor no Colegiado de Direito do Centro Universitário AGES. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8123835244286974>.

⁷ Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Sergipe. Advogado. Secretário Municipal de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE.